

# A onda conservadora, uma ameaça à democracia?

Recebido: 28.04.20  
Aprovado: 03.08.20

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2018.

Paulo César Batista\*

\* Paulo César Batista é doutorando em ciências humanas (sociologia) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil, com mestrado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2005), Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: 0000-0001-7316-5971. <prof.sezar@gmail.com>.

Poucos livros têm a rara felicidade de serem lançados tão oportunamente quanto este da Editora Unicamp intitulado *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais*, organizado por Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol. Fruto de um seminário homônimo ocorrido na universidade de Campinas, em 2016, que reuniu pesquisadores de diferentes regiões do país, este livro é uma coletânea de ensaios que procura trazer ao público algumas reflexões sobre a conjuntura nacional marcada por uma crise política desencadeada pelos protestos de rua ocorridos em junho de 2013.

Nos textos que compõem o livro, é quase uníssono que nossa conjuntura política tem sido atravessada por debates e conflitos nos quais, não raro, em vez de argumentos, têm sido mobilizadas categorias contra os oponentes políticos que nem sempre guardam relação com o sentido e o contexto original no qual estas tiveram o seu berço. O uso no plural das três categorias que nomeiam a obra tem o objetivo de nos alertar que, embora lastreados pela história, essas ultrapassam a especificidade de seus eventos originários; e que, portanto, se faz necessário colocá-las em relevo para percebermos se estas ainda dão conta desse cenário político cada vez mais complexo e multifacetado.

O livro é dividido em seis textos de representantes de diferentes áreas, sendo estas: psicanálise, história, antropologia, sociologia, filosofia e ciência política. Apesar dessa separação por disciplinas, há um diálogo implícito entre elas, posto que todos os textos da obra têm como dimensão transversal

a percepção de que está em curso um processo de “endurecimento” das relações políticas, sociais e culturais em detrimento de algo que pode ser metonimicamente denominado como universo dos direitos (p. 7).

Antes de seguir adiante, esclareço que, longe da pretensão de esgotar a riqueza e as possibilidades da obra em análise, destacarei apenas alguns elementos que me parecem atestar o vigor e a pertinência dessa coletânea. Passemos aos textos.

O pesquisador Joanildo Burity nos apresenta o primeiro dos seis textos do livro, cujo título – “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?” – já sugere a existência de uma “onda conservadora” que a nossa conjuntura política atual estaria atravessando. Como reconhecido especialista em religião e suas interfaces com a política e o espaço público, este autor procura interrogar o que há e se de fato há algo de “especificamente religioso” neste cenário político pós-2014 (p. 20).

Na base de seu argumento está o fato de que o segmento dos *pentecostais*, a vertente evangélica com mais desenvoltura e presença no cenário político nas últimas décadas, tem sido um dos vetores mais importantes na sustentação dessa onda conservadora. Curiosamente, este segmento que fora considerado um grupo *minoritário* na política até 2002 e depois um dos grandes beneficiados no contexto de abertura às minorias, agora parece colaborar direta e indiretamente para minar essa mesma democracia da qual se beneficiou, ao assumir posições contrárias a projetos e políticas públicas que tratam justamente do reconhecimento dos direitos das minorias, sobretudo das pautas identitárias. Em resumo, afirma o autor, agora “voltam-se contra o mesmo projeto que mais sistematicamente os cortejou e os empoderou” (p. 33).

Burity sustenta que se antes eram vistos como segmento minoritário no tabuleiro político, os pentecostais assumem agora uma vocação hegemônica expressa na formação da Frente Parlamentar Evangélica, mais conhecida como bancada evangélica. Embora essa frente não seja um todo homogêneo, para o autor, parece claro

que grande parte da elite parlamentar evangélica (majoritariamente pentecostal) é profundamente conservadora na atual legislatura, tanto em termos de valores morais como políticos (p. 44).

Apoiado em extensa bibliografia, o autor fundamenta sua análise gravitando em torno de categorias e conceitos que dialogam fundamentalmente com a noção de religião pública e a relação desta com a política, embora, ao trabalhar com as categorias fundamentalismo e conservadorismo, o faça com o cuidado de pensá-las numa perspectiva relacional em função do seu uso pelos atores envolvidos no embate político. Por fim, Joanildo Burity conclui que, mesmo considerando que haja um “conservadorismo religioso”, este é apenas mais um elemento nesta onda

conservadora que tanto tem chamado a atenção dos pesquisadores e analistas nos últimos anos.

Os professores Alvaro Bianchi e Demian Melo fazem da pergunta “Donald Trump é fascista?” o título do segundo ensaio do livro em tela. Aparentemente simples a questão em si, os autores demonstram que uma resposta a esta questão exige cautela (p. 69). Ao longo do texto, embora os autores não explicitem, o leitor é tentado a estabelecer paralelos com o nosso contexto político de emergência de movimentos de protestos à direita.

Os autores firmam que, apesar de Trump ser “conhecido por posições escandalosamente racistas” (p. 68), o uso do termo fascista aplicado ao presidente norte-americano necessita ser melhor dosado pois, embora Trump expresse “certas atitudes e comportamentos políticos geralmente associados com o fascismo” (p. 69), o uso simplista desta categoria seria inadequado, posto que nem todos os elementos associados ao fascismo se encontram na retórica e na atuação daquele presidente. Além disto, argumenta-se que o termo populista, adotado por alguns autores em relação à Trump, também careceria de mais elementos para um uso adequado.

O ponto alto do texto é a sugestão que, considerando haver um crescente consenso antidemocrático no interior da direita americana apoiado em organizações extremistas tais como Tea Party e a Alt-Right, estaria se observando naquele cenário político o surgimento de “sistemas pós-democráticos” e – por que não dizer? – “pós-fascistas” (p. 80). Mesmo que estes termos descrevam um fenômeno ainda transitório e incompleto, Donald Trump seria apenas o reflexo dessa conjuntura.

Enfim, mais importante que uma simples resposta àquela pergunta original que oferece o título ao artigo é a análise oferecida do cenário político americano. Pode-se concluir com os autores que, na cena política norte-americana, o recrudescimento dos movimentos de direita, os ataques a grupos minoritários e a adoção de discursos em prol de mais autoridade em favor da “lei e da ordem” têm flertado perigosamente com narrativas antidemocráticas. E, isto posto, talvez as semelhanças daquele cenário político com o nosso não sejam apenas coincidências.

Passemos ao terceiro ensaio da coletânea. A partir da metodologia de Análise de Eventos de Protesto (AEP), a pesquisadora Luciana Tatagiba nos traz uma interessante reflexão sobre a tomada das ruas por mobilizações que manifestam um forte “protagonismo das direitas” (p. 89). Um espaço – as ruas tomadas por mobilizações de protesto – que quase sempre fora ocupado pelas esquerdas, agora conta com um contingente cada vez mais expressivo de seu par antagônico, qual seja, as direitas.

A autora nos chama a uma nova perspectiva analítica que significa ir além da abordagem institucional para apreendermos os processos que ocorrem na base da sociedade. Nessa perspectiva, Tatagiba desenvolveu uma extensa pesquisa sobre os protestos que ocorreram entre 2011 e 2016.

Apesar dessas afirmações iniciais, a autora expressa o cuidado com a utilização de categorias que possam cristalizar a reflexão de fenômenos complexos como os protestos de rua. Assim, ao utilizar a expressão “protestos à direita”, ela o faz num sentido estrito, ao levar a sério as próprias categorias utilizadas pelos participantes desses eventos, os quais “se afirmavam de direita e/ou conservadores” (p. 93).

Fundamentada em considerável base empírica, a autora destaca que as principais demandas nesses protestos orbitaram em torno de questões relativas à moral e à ordem, demandas pelo fortalecimento da autoridade e, sobretudo, o combate à corrupção, sendo que esse item da pauta foi quase exclusivamente direcionado em relação ao Partido dos Trabalhadores, como se este fosse o único responsável pelo quadro de corrupção sistêmica que há muito se percebe no Brasil. Segundo a autora, o clímax desse processo foi a forte mobilização pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, tendo “o antipetismo como forte substrato emocional desse processo” (p. 100).

Um dos méritos do texto de Tatagiba está em sistematizar, com fartos dados empíricos, a percepção que outros analistas já haviam expressado, mas sem o embasamento do consistente trabalho de campo apresentado pela autora. Ademais, o texto abre um leque de possibilidades para outras pesquisas que possam nos ajudar a compreender melhor fenômenos dessa mesma natureza ainda em curso.

No quarto texto, “Crise, alucinação e mentira: o anticomunismo do nada brasileiro”, o psicanalista Tales Ab’Sáber parte dos filmes “Cabra marcado para morrer” e “Terra em transe”, dois clássicos do cinema brasileiro, para fazer uma análise da atual conjuntura política. O autor sustenta, sem economia de adjetivos – algo pouco comum na escrita acadêmica –, que há no Brasil uma latente tradição antidemocrática, autoritária e de recusa em reconhecer o direito à plena cidadania (p. 142).

Segundo Ab’Sáber, apoiado em alguns exemplos históricos, literários e, principalmente, do cinema brasileiro, a mentira e a farsa como modo de fazer política no Brasil não é novidade na nossa tradição. O autor afirma que, na impossibilidade de simples eliminação da própria existência do adversário político, não raro tal desejo é transformado em narrativas altamente parciais e fragmentárias da própria realidade (p. 140).

O destaque do texto fica a cargo da utilização de um interessante conceito psicanalítico denominado alucinação, de Wilfred Bion – embora o autor não apresente uma referência bibliográfica mais detalhada sobre o mesmo –, que aponta como algumas narrativas acabam por gerar uma distorção da capacidade de pensar e, conseqüentemente, uma distorção da própria realidade (p. 128). Segundo o autor, essa estratégia estaria sendo massivamente utilizada no intuito de construir uma pseudorealidade lançando até mesmo mão de narrativas anacrônicas. Assim, segundo ele, o que se observa é “a farsa, de uma guerra fria particular antipetista, dos anticomunistas do nada atuais, produtora de alucinação no lugar do pensamento...” (p. 131).

Em suma, de acordo com o autor, toda a construção dessa narrativa antipetista, na verdade seria a expressão de um latente “anti-humanismo antidemocrático” autoritário presente em nossa tradição brasileira (p. 130) que se viu ameaçado pelas políticas de redução da pobreza e da miséria e, principalmente, pelas políticas de ampliação da cidadania e dos direitos sociais.

Ao se utilizar de conceitos e expressões próprias da psicanálise, o mérito do texto está em ampliar a possibilidade de análise de nossa conjuntura a partir de outras linguagens (cinema e literatura) e conceitos. Todavia, falta ao texto uma exposição mais sistemática das fontes bibliográficas com as quais dialoga. Para um público mais amplo (fora da academia) talvez isso não seja considerado uma *falta* mas, para um público mais especializado, essa estratégia pode, no mínimo, deixar a desejar. Todavia, ressalte-se que esta ponderação, por si só, não retira o mérito e a pertinência do texto e das reflexões que suscita.

O penúltimo ensaio da coletânea nos é oferecido pela professora Yara Frateschi. Em seu texto “Antibolivarianismo à brasileira”, a autora faz uma análise do “discurso antibolivariano como fator de mobilização social contra o lulopetismo” (p. 145). Este discurso foi forjado principalmente pela grande mídia e por políticos da oposição à época do governo Dilma, cujas raízes remontam a 2014, logo após a vitória da chapa encabeçada pelo PT. Ali começaria a construção de uma narrativa que visava não apenas a contestação do governo eleito, mas a desconstrução deste ao impingir-lhe a alcunha de “bolivariano” – como sinônimo de governo “totalitário” –, numa clara referência ao governo da Venezuela tido como uma “ditadura” instaurada por Hugo Chaves (p. 144).

Segundo Frateschi, o estopim para o início desse discurso da oposição foi a assinatura, em 2014, do Decreto 8.243 que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Por este texto legal, objetivava-se que a sociedade civil, por meio dos cidadãos organizados em movimentos sociais, tomasse parte nas discussões

dos conselhos e comissões de políticas públicas. Todavia, para a grande mídia e a oposição, este decreto deixava claro o objetivo de instaurar um regime bolivariano e, conseqüentemente, uma ditadura de esquerda no Brasil.

O grande mérito do texto de Frateschi é demonstrar que no substrato desse discurso estaria “uma agenda conservadora, antidireitos e antissocial” (p. 143) e, portanto, mais afinada com um modelo de democracia parcial e excludente. Esta agenda conservadora estaria ameaçada com a efetiva participação dos cidadãos, posto que esta poderia mitigar o protagonismo das elites político-partidárias que dominaram a agenda política brasileira desde sempre. Em resumo, sempre segundo a autora, o discurso antibolivariano teria se utilizado de uma premissa falaciosa ao defender que a participação efetiva da sociedade civil poderia “enfraquecer a democracia”.

No último texto do livro – “Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma” –, Ronaldo Almeida, apoiado numa bibliografia representativa dos principais nomes das ciências sociais da religião no Brasil, faz uma análise do papel dos evangélicos nessa “onda conservadora”, bem como a atuação destes no episódio do impeachment da ex-presidente Dilma.

O autor, embora tenha como foco a atuação do segmento pentecostal no Parlamento, esclarece que estes não atuaram e não têm atuado como um bloco homogêneo naquela casa legislativa. E o fato destes assumirem posições consideradas conservadoras – em relação a temas como o aborto e a homossexualidade, por exemplo – não significa que tal postura seja “uma característica exclusiva dos evangélicos, mas diz respeito ao conservadorismo da própria sociedade brasileira” (p. 167).

A tese desenvolvida pelo autor é que a atuação da bancada evangélica no Congresso, durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma, serviu como um adensador a mais da chamada onda conservadora. E que, em última análise, tanto a religião, as religiões e os religiosos que fazem parte dessa onda e desse movimento mais amplo são, ao mesmo tempo, constituintes e constituídos por ele (p. 191).

Uma das grandes contribuições do texto, embora pouco desenvolvida, é a sugestão de que o resultado de todo esse movimento conservador e de endurecimento das relações políticas e sociais que se observa no cenário político atual, pode nos fazer repensar as categorias mais significativas (cordialidade, sincretismo e acomodação) dos clássicos do pensamento social sobre o Brasil (p. 190).



Pode-se afirmar que o livro Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais é uma obra que tem o mérito de reunir textos abrangentes, estimulantes e inspiradores, que nos ajudam a refletir sobre a conjuntura política atual. E, não seria exagero afirmar, com os autores, que as ciências sociais como um todo podem se sentir representadas nesta obra.

É um livro que pode ser visto como um duplo convite, pois se dirige para os de dentro e para os de fora da academia. Para os de fora, pois pode ser lido por qualquer pessoa não acostumada com a linguagem acadêmica e que anseia por uma narrativa lúcida e contra-hegemônica em relação àquela dos que agora ocupam o centro do poder; para os de dentro da academia, pois nos estimula ao abrir novas possibilidades de investigação e análise dessa nossa conjuntura que tem revelado traços obscuros e de retrocesso em relação aos direitos e à própria democracia.

Enfim, sem sombra de dúvidas, acertaram os organizadores daquele evento na Unicamp que deu origem à obra, acertaram os autores pela qualidade e pertinência dos textos aqui apresentados e acertou a Editora Unicamp que nos brindou com um livro altamente recomendável e – por que não dizê-lo? – necessário.

